



TJBA

em Ação



Reunião da presidente com representantes de sindicatos diz bem a ideia da nova disposição para o entendimento.

100 dias

Trabalho, diálogo e cidadania

PRESENÇA

Presidência viaja para conhecer de perto situação das comarcas do interior

Pág. 4

FÓRUM DO IMBUÍ

Mudanças de varas favorecem o cidadão em centro de juizados com porte de uma cidade

Pág. 6

ECONOMIA

Decreto incentiva servidores e magistrados a buscar meios de reduzir gastos sem precisão

Pág. 16

PAZ E FILHOS

Projeto ganha mais força em nova gestão e promove convívio

Pág. 24



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia

EDITORIAL

Com a palavra...



Sumário

Perto do Coração	4
Cidade de Decisões	6
Inovação e Saber	8
Breves	12
Em Cartaz	14
Guerra ao Desperdício!.....	16
Mesa Forte	21
Reforços de série A	22
Mais que o convívio, registro com amor.....	24
TJBA Social	28
Click!	30

Foram 100 dias de muito trabalho. O alicerce está pronto. Se muito vale o que fizemos juntos, com diálogo e firmeza, será ainda mais relevante para toda a comunidade e o jurisdicionado o que virá pela frente. Montamos uma estrutura voltada exclusivamente para o primeiro grau, a instância inicial onde recebemos as demandas do cidadão. Estamos em plena capacitação de gestores a fim de mudar para melhor o serviço prestado. Nossa meta, que ficou muito clara, desde a nossa posse, em 1º de fevereiro, é construir um ambiente tranquilo em que o servidor e o magistrado sejam valorizados e possam dedicar-se cada vez mais às suas tarefas. Entendemos que, na 'real', como se diz no senso comum, precisamos fazer ajustes para enfrentar as despesas. Daí o pedido para evitar os gastos desnecessários. E vejam como foi positiva a resposta das comarcas! Nesta edição, um dos destaques é o resultado deste trabalho. Também dedicamos atenção especial a programas que não vinham tendo o apoio devido, como o Pai Presente, para reconhecimento de paternidade. Esperamos que gostem da nossa revista e mandem sugestões de aprimoramento para o e-mail da Ascom ou telefonem diretamente para nossos jornalistas, no sentido de melhorarmos o produto informativo que serve a todos nós, da equipe TJBA, e à sociedade baiana.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente



Conselho Editorial: Carlos Machado, Cícero Moura, Flávio Novaes, Igor Caires e Joana Pinheiro

Expediente: Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO, Nº 1, Ano 1, Maio de 2016

Assessor de Comunicação: Flávio Novaes (DRT-1724 (Coordenação editorial) | **Redação (edição e textos):** Ari Donato (DRT-712/BA), Danile Rebouças (DRT-2417) e Paulo Leandro (DRT-1214/BA) | **Projeto Gráfico:** Adriano Biset Queiroz
Repórter Fotográfico: Nei Pinto | **Colunista:** Adriana Barreto. **Estagiárias:** Ana Luiza Bérico e Iasmin Sena
Secretária: Surânia Franco Lima Sales.

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br • Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538 • Whatsapp (71) 98118.2361



Presidente Maria do Socorro encontra-se com servidoras de Feira de Santana

PERTO DO CORAÇÃO

Projeto Presidência em Movimento integra magistrados e servidores em visitas a unidades de todo o Estado para perceber a 'real' do TJ

Sala de audiências lotada. A ansiedade é grande para trocar uma palavra, dar uma ideia, sugerir, reivindicar, agradecer. O papo segue descontraído e sincero. Ao final, após hora e meia de muito diálogo, a satisfação é geral.

O encontro da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago com servidores de Feira de Santana, a 108 quilômetros de Salvador, no início de março, simboliza o sucesso do projeto Presidência em Movimento, adotado na atual gestão.

O objetivo é estar mais próximo a magistrados, servidores e de toda a comunidade jurídica, conhecendo de perto as ações do Tribunal de Justiça em todo o Estado, sempre em busca do aperfeiçoamento da prestação dos serviços no Poder Judiciário.

Em Feira, onde o projeto teve a sua primeira edição fora da capital, a presidente, acompanhada de assessores, também conversou com os juízes da comarca e advogados. Mas a audiência com os funcionários do Fórum Filinto Bastos chamou a atenção. Os pedidos para as selfies com a presidente foram todos atendidos.

“Estamos aqui para abraçar a Mesa Gestora. Podem contar com o nosso apoio”, disse o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud), Zenildo Castro, referindo-se à presença, na reunião, do Corregedor Geral da Justiça, desembargador Osvaldo Bomfim.

Dois dias antes, a presidente inaugurou o projeto com uma visita ao Fórum das Famílias, em

Salvador, onde eram realizadas atividades pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Em seguida, visitou as varas distribuídas nos quatro andares do prédio, conheceu as instalações das ludotecas e o Plantão Judiciário de Primeiro Grau que, à época, funcionava no fórum.

O Presidência em Movimento continuou em março, com uma visita especial ao Fórum Regional do Imbuí, onde eram promovidas atividades por conta do Dia Internacional do Consumidor.

A presidente passou pelas unidades judiciais, conversou com servidores e abriu a jornada de debates promovida pela Coordenação dos Juizados Especiais (Coje), em parceria com a Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça da Bahia.

Ciclo de Palestras

Coaraci, terra natal da presidente, também foi contemplada com uma edição do projeto. Um encon-

tro reuniu, no Salão do Júri do fórum, servidores, a juíza Karina Araújo, titular da comarca, e advogados da região.

“É uma emoção imensa estar em minha terra representando o Poder Judiciário”, disse a presidente, que agradeceu a acolhida e falou aos servidores operosos e interessados. “Temos aqui uma equipe disposta a colaborar com o Judiciário”, ratificou a juíza Karina de Araújo.

Acompanhada das desembargadoras Lisbete Maria de Almeida César Santos e Joanice Maria Guimarães de Jesus, e da juíza Rosana Fragoso Modesto, a presidente recebeu flores e conversou com servidores. “Vamos investir na qualificação de todos com a nossa universidade corporativa”, disse, citando a Unicorp.

Em Ilhéus, na mais recente passagem, a presidente se reuniu com juízes, em um encontro no fórum, e participou do ciclo de palestras promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, com a presença de juízes.



Diálogo direto com quem faz o Judiciário funcionar: característica da nova gestão TJBA



São mais de 4 mil pessoas, 850 audiências de conciliação por dia, 458 servidores, mais de 200 juízes: toda esta movimentação no belo prédio azul do Tribunal de Justiça

CIDADE DE DECISÕES

Para facilitar a vida do cidadão baiano, Fórum Regional do Imbuí passa a reunir varas dos juizados nas áreas de Defesa do Consumidor, Causas Comuns, Trânsito e Fazenda Pública

Um antigo desejo de magistrados, servidores e da comunidade jurídica finalmente virou realidade. Em 28 de março de 2016, menos de dois meses depois da posse da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, o Fórum Regional do Imbuí, em Salvador, passou a abrigar todas as varas do Sistema dos Juizados Especiais da capital que prestam atendimento nas áreas de Defesa do Consumidor, Causas Comuns, Trânsito e Fazenda Pública, além das turmas recursais.

A centralização de serviços reúne unidades anteriormente espalhadas em bairros de Salvador. As varas de Bonfim, Liberdade, Piatã e Federação agora têm novo endereço.

Tudo em área de fácil acesso, bem servida de transporte público e que, em breve, também contará com a proximidade de uma estação de metrô.

Circulam diariamente no fórum aproximadamente 4,2 mil pessoas. São, em média, 850 audiências de conciliação por dia. Trabalham no fórum 63 juízes togados, 139 juízes leigos, 91 conciliadores, 458 servidores e 50 terceirizados. Uma cidade atualmente dirigida pela “prefeita” Maria Virgínia Andrade de Freitas Cruz, juíza diretora do fórum.

“A mudança é uma conquista para toda a sociedade soteropolitana. As partes, magistrados, advogados e o tribunal saem ganhando. É um espaço

digno, com condições adequadas, bem localizado e que reúne todas as varas, evitando o deslocamento para unidades diversas”, afirma o coordenador do Sistema dos Juizados Especiais, juiz Paulo Chenaud.

O magistrado ressalta que a mudança gera ainda economia para o TJBA, com o transporte e envio de documentos, já que as unidades concentram-se em único local. Apenas os juizados criminais e os juizados de apoio do Sistema dos Juizados Especiais estão localizados em lugares distintos.

Mudanças

O processo de mudança para o novo prédio foi iniciado ainda em 2015, mas só concluído em março deste ano. Houve transferência para o Fórum do Imbuí – Central dos Juizados Especiais, as unidades do consumidor que funcionavam na Faculdade Universo e na Ucsal (Federação); de causas comuns, dos prédios do Bonfim, Liberdade e Piatã; e de trânsito, localizado no Detran.

Os Juizados Especiais, criados pela Lei 9.099 / 95, processam e julgam ações de menor complexidade, cujos valores da causa não sejam superiores a 40 salários mínimos, dando ênfase às fases de conciliação e transação. Além das causas cíveis, de relação de consumo e trânsito, também julgam crimes de menor potencial ofensivo (contravenções penais e os crimes que possuem pena máxima de até dois anos).

Confira a nova localização das unidades recém-transferidas para o Fórum do Imbuí:

1º pavimento – Unidades de Causas Comuns (transferidas do Bonfim, Liberdade e Piatã)

2º pavimento - Unidades de Defesa do Consumidor (transferidas da Faculdade Universo e da Universidade Católica de Salvador da Federação)

3º pavimento - Unidades de Trânsito do Detran e Unidades de Defesa do Consumidor da Faculdade Ruy Barbosa



Unicorp vem trabalhando para fortalecer o desempenho do Judiciário baiano, a exemplo da capacitação para o novo Código de Processo Civil

INOVAÇÃO E SABER

Universidade Corporativa investe forte na capacitação de magistrados e servidores; novo Código de Processo Civil é só a primeira meta do planejamento da Presidência.

O Código de Processo Civil mudou. O fim do papel se aproxima. O novo tempo exige respostas mais rápidas e o Poder Judiciário se atualiza com a implantação de novos sistemas.

As mudanças exigem estratégias, planejamento, gestão. Um desafio que a Presidência do TJBA tem administrado com conhecimento e preparação, por meio da promoção de cursos e capacitações para magistrados e servidores.

A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia (Unicorp) preparou um planejamento estratégico de programas e capacitações para o biênio 2016 – 2018. São sete áreas de competência: gestão judiciária; qualidade no atendimento; formação de formadores; desenvolvimento de pessoas; práticas administrativas; resolução de conflitos; inovações legislativas e novas práticas.

A proposta de conteúdo para o plano de capacitação foi, inclusive, discutido com representantes de

todas as áreas do tribunal, antes de ser fechado. A ideia é ser democrático, buscar e compartilhar conhecimentos, conforme as necessidades dos setores. A previsão é que mais de 31 mil vagas sejam ofertadas nesse período de dois anos.

A formação não se limita a troca de conhecimentos na área jurídica, se estende à administrativa e pessoal. As ações passam por debates, esclarecimentos e orientações. Unem teoria e prática.

A Unicorp também se associa aos setores do tribunal para a promoção dos eventos. Quando necessário, tem buscado apoio com outras instituições, como secretarias do Poder Executivo.

Realizações

Os Encontros Temáticos sobre aspectos relevantes do novo CPC marcaram o início das capacitações

na atual gestão. Além dos encontros, está prevista a realização de cursos voltados para as inovações trazidas pelo novo CPC e as suas repercussões na atividade judicante.

No Dia Internacional do Consumidor (15 de março), magistrados puderam participar de uma jornada de debates sobre os avanços e inovações na interpretação das leis do direito do consumidor.

A realização de audiências de custódia foi ampliada para o Plantão de Primeiro Grau e, acompanhando o crescimento e a importância do tema, a gestão do TJBA proporcionou para servidores e magistrados da capital e interior, workshop e capacitação. Na parte prática, juízes puderam assistir a realização de duas audiências de custódia durante o evento.

Na lista das capacitações realizadas ou em andamento na atual gestão destaca-se ainda os cursos para fins de vitaliciamento; de defesa pessoal e gerenciamento de crise; de metodologia do planejamento orçamentário anual (em parceria com a Secretaria Estadual de Planejamento); e de introdução a gerência de projetos.

A previsão inicial do plano da Unicorp é chegar em 2018 com cerca de 90 ações de capacitações, com carga horária de mais de 3.800 horas. O foco é a promoção contínua de aperfeiçoamento do magistrado e do servidor. Todos saem ganhando. A sociedade agradece.



www.tjba.jus.br/unicorp
5ª Avenida do CAB, 560, subsolo, prédio anexo
Tel: (71) 3372.1752 / 1759

Processo Judicial Eletrônico em aula

As possibilidades de aprimoramento e os dois primeiros anos de uso do Processo Judicial Eletrônico, o PJe, no Tribunal de Justiça da Bahia, foram temas debatidos pelos magistrados no workshop realizado no auditório do tribunal. O encontro contou com a participação da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago. “Agradeço a boa vontade de todos os magistrados que vieram aqui para que possam efetivamente auxiliar na prestação jurisdicional, como é a determinação do CNJ, em fazer o aperfeiçoamento do PJe”, disse.

O workshop, promovido pela Universidade Corporativa (Unicorp) do TJBA, foi transmitido pelo canal do TJBA no YouTube. O aperfeiçoamento da ferramenta a partir das experiências diárias nas unidades judiciais foi compartilhado por juizes das varas Cível, Registros Públicos e Acidentes de Trabalho, Infância e Juventude, Fazenda Pública e de Família. Também participaram do encontro o desembargador Osvaldo Bonfim, a corregedora das Comarcas do Interior, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende e a juíza Marielza Brandão Franco, assessora especial da Presidência para Assuntos Institucionais, que apresentou uma análise contextualizada do cenário atual e as novas perspectivas do PJe.

Já a desembargadora Joalice Maria Guimarães de Jesus falou aos juizes sobre os Centros de Solução Consensual de Conflitos (Cejus). A juíza assessora do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, Verônica Ramiro; o diretor de Primeiro Grau, Cícero Moura; e a secretária de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim), Cristina Cunha, acompanharam as atividades. Técnicos da Setim apresentaram os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sistema pela secretaria.

Implantado na Bahia em abril de 2014, o Processo Judicial Eletrônico permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento do processo.



Casa cheia sempre para os cursos da Unicorp: conhecimento é poder para realizar o bem comum

Custódia: como fazer audiência

Uma audiência de custódia em que o juiz determinou a liberdade provisória com recolhimento domiciliar de um casal preso por tráfico de drogas e outra em que autorizou o relaxamento da prisão de um homem acusado de violência doméstica foram assistidas por juizes de todo o estado, durante o workshop Audiência de Custódia, no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia, em Salvador.

Cerca de 200 juizes participaram, presencialmente, da capacitação, das 8 às 12 horas, promovida pela Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça da Bahia, em parceria conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça e a Corregedoria das Comarcas do Interior, em uma iniciativa que atende a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O workshop também foi transmitido pelo canal do YouTube do Tribunal de Justiça da Bahia, com mais de 600 acessos.

A audiência de custódia consiste na apresentação do preso, em até 24 horas, a um juiz nos casos de prisões em flagrante. Na audiência, são ouvidos o preso, os representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública ou o advogado, decidindo sobre a liberdade ou a permanência da pessoa detida em unidade judicial.

O Judiciário baiano é pioneiro no modelo que deu origem às audiências de custódia, assentado no núcleo de prisão em flagrante, criado em 2013. A capacitação dos magistrados, de todas as competências, tem por objetivo apresentar conceitos básicos e discutir os procedimentos normativos das audiências.

Na abertura do workshop, o juiz Antônio Alberto Façal, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, destacou que a audiência de custódia “não é, ainda, um instituto jurídico maduro”, e que está em construção. “Quase não há doutrinas, há poucas manifestações jurisprudenciais; a doutrina ainda está sendo construída, e precisamos construir em conjunto”, disse.

BREVES

VITALICIAMENTO PARA JUÍZES

O TJBA realizou a segunda fase do curso de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento. Com carga de 60 horas e foco nos serviços extrajudiciais, a etapa será realizada na modalidade a distância, com encerramento das aulas no dia 24 de junho. O vitaliciamento ocorre após dois anos de trabalho do magistrado, que deixa de ser juiz substituto para tornar-se juiz de Direito. Estão aptos a participar os 84 juizes aprovados no concurso de 2013 e que finalizaram a primeira parte presencial da capacitação, promovida pela Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça da Bahia, nos meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Os magistrados, que foram divididos em duas turmas, receberam por e-mail o guia do estudante, com orientações e condições necessárias para participar.



AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA É REALIZADA EM CANDEIAS

Candeias, na Região Metropolitana de Salvador, promoveu a primeira audiência de custódia da comarca, marcando a expansão do projeto para o interior do estado. Presidida pela juíza Bianca Gomes da Silva, a audiência analisou a prisão em flagrante de Ramon Sena, capturado por uma equipe de policiais militares na posse de um revólver calibre 38. Junto com o acusado foi apreendido um adolescente. Também foram encontradas trouxas de maco-nha e pedras de crack.



ARQUIVAMENTO AGILIZA SERVIÇO

A juíza Liz Rezende de Andrade (foto) destaca a importância da atuação do grupo de trabalho para saneamento do Setor de Distribuição Criminal da capital e os resultados positivos. O grupo, instituído pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) por meio da portaria nº 151/16, busca tornar mais célere a prestação jurisdicional. A medida foi adotada diante do elevado número de inquéritos policiais com pedido de arquivamento pendente de distribuição. A atuação do grupo, composto por dois magistrados designados pela Presidência do tribunal, Ana Queila Loula e Geancarlos de Souza Almeida, e coordenado pela juíza auxiliar da CGJ, Liz Rezende de Andrade, conferiu maior agilidade no encaminhamento dos inquéritos.



VARAS RECEBEM REFORÇO EM FEIRA

O trabalho da juíza Jacqueline de Andrade Campos (foto) na Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas e na 1ª Vara da Infância e Juventude, na comarca de Feira de Santana, a 108 quilômetros de Salvador, contribuiu para a movimentação de 365 processos, no mês de abril. A magistrada foi designada pelo Decreto Judiciário nº 231/2016, da Presidência do Tribunal de Justiça, para atuar nas unidades a fim de auxiliar no andamento de processos.

DIRETORIA DE 1º GRAU FORTALECE TRABALHO

Uma das principais ações da Diretoria de 1º Grau, criada pela presidente Maria do Socorro Barreto Santiago e voltada para colaborar de forma direta com juizes e servidores, está agilizando os trâmites nas varas de execuções fiscais. Só na 1ª Vara da Fazenda Pública de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, foram validados, em abril, todos os 1.288 processos relativos às execuções fiscais. O trabalho, que conta com a parceria da Procuradoria do Estado e da Empresa Gráfica da Bahia (Egba), vai resultar na disponibilização em meio digital de todos os processos da Fazenda Pública estadual que tramitam na unidade. Um dos objetivos é viabilizar a disponibilização em meio digital de todos os processos da fazenda pública estadual em tramitação. A Diretoria de 1º Grau prepara mais ações para apoiar o serviço das unidades judiciais que atendem ao servidor.

CÂMARA DO OESTE AMPLIA PAUTA

Na sessão de terça-feira, 10 de maio, em Barreiras, a Turma Cível da Câmara do Extremo Oeste julgou 109 dos 116 processos pautados, aplicando as inovações trazidas no novo Código de Processo Civil no âmbito do 2º Grau. Em sessões distintas, a 2ª e a 3ª câmaras cíveis do Tribunal de Justiça da Bahia julgaram um total de 199 processos. A 2ª Câmara Cível, presidida pelo desembargador Edmilson Jatáhy Fonseca Júnior, julgou 82 feitos, de uma pauta de 89 processos. A 3ª Câmara Cível, presidida pela desembargadora Telma Britto, apreciou 117 processos, de 134 pautados.



NOVA VIÇOSA REALIZA BAIXA DE 2.490 PROCESSOS

Nova Viçosa, no extremo Sul do Estado, conseguiu, em um período aproximado de seis meses, baixar exatos 2.490 processos. São 1.112 da área cível e outros 1.378 processos criminais. As atividades foram promovidas pela juíza Renata Guimarães da Silva Firme, titular da comarca, ao lado de servidores e estagiários. Todos se comprometeram com a filosofia dos trabalhos, que já trazem reflexos na melhoria da prestação jurisdicional. “A iniciativa do Tribunal de Justiça da Bahia foi essencial para impulsionar a realização das baixas na comarca”, afirma a juíza, ressaltando que ainda há muito a ser feito. “Independentemente de qualquer coisa, continuaremos a trabalhar com todo o afinco a fim de proceder a baixa do maior número possível de processos”, finaliza.



Primeira sessão coordenada pela presidente, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, dá início à nova gestão do TJBA: prioridade para trabalho, diálogo e resultado para o cidadão nas unidades judiciais

GUERRA AO DESPERDÍCIO!

Medidas de contenção de despesas levam em conta os limites do orçamento e buscam melhor aplicação dos recursos do Judiciário para manter padrão de atendimento ao cidadão



Ibirataia trocou lâmpadas, substituiu filtros e reduziu custo da papelada. Exemplo!

Um antigo ditado português diz que a economia é a base da prosperidade, e isso ninguém discute.

Mas no caso das unidades do Poder Judiciário da Bahia, antes de estar voltado para o acúmulo de dinheiro, esse ensinamento diz respeito a gastos, e que devem ser feitos conforme a receita prevista no orçamento. Fazer economia é aplicar melhor os recursos disponíveis.

Foi com esse mote que a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, assinou o Decreto Judiciário nº 246, de 4 de abril de 2016, determinando a adoção de medidas para redução de 30% nos gastos com investimento e 20% com despesas de custeio este ano.

As reduções já começaram. São aplicadas nos gastos com utilização dos serviços de telefonia móvel

e fixa; energia elétrica; água; papel para impressão; e materiais de escritório.

A Comarca de Cotegipe foi uma das primeiras a se alinhar ao decreto da Presidência na contenção de custos, a ponto de reduzir o gasto mensal com água de R\$ 2,4 mil para exatos R\$ 396 em um período de um ano.

O decreto judiciário não ensina, mas Marcos Alberto Oliveira, administrador do fórum de Cotegipe, encontrou o caminho da economia: trocou o registro de entrada de água, diminuindo assim a vazão em 25%, ou seja, manteve aberto em um quarto da capacidade, dimensionando a caixa de distribuição de água.

Também o gerenciamento da rotina não se limita ao desperdício da água em Cotegipe. Energia elétrica, material de expediente, de higiene e de cozinha,

como copo descartável e pano de prato, passam por um rígido controle a partir de planilhas no programa Excel, devidamente alimentadas mês a mês.

As unidades gestoras orçamentárias devem refazer planejamento das suas despesas e informar à Presidência do Tribunal.

Kit economia

Quando a presidente Maria do Socorro pediu a contenção de gastos com custeio e investimento no Poder Judiciário da Bahia, na Comarca de São Francisco do Conde, a administradora do fórum, Nadja Ramos, dizia: “Quanto menos você gastar aqui, mais podemos investir lá fora”, enquanto elaborava um kit economia para redução de despesas na comarca.

“Elaboramos um manual para controle das ligações telefônicas, gastos com papel, água e energia, com base no consumo consciente, pois a conscientização dos servidores deve ser forte e coerente com a realidade”, disse, acrescentando que seu trabalho está respaldado em uma portaria da juíza Márcia Cristie Vieira Melgaço, de 2013, que determina redução de compra de material de expediente.

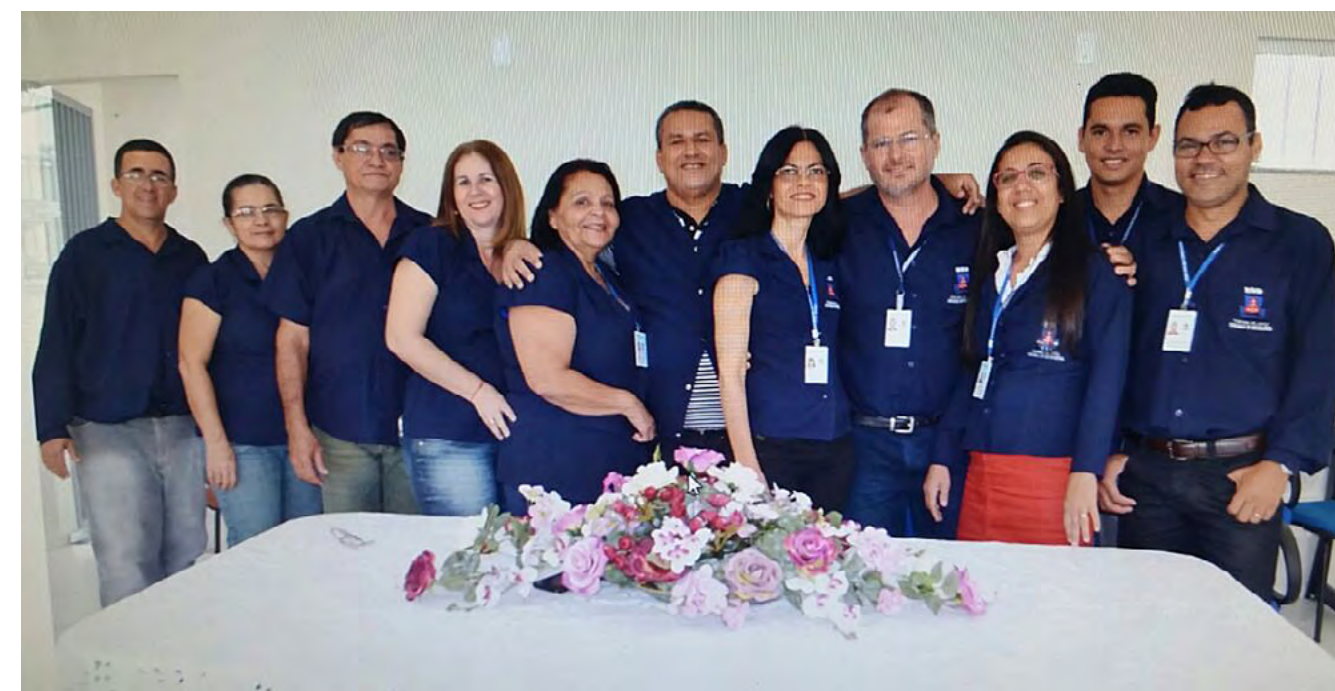
“Recomendamos que se aproveite ao máximo a luz natural, que se feche portas e janelas ao ligar o ar-condicionado, que se imprima somente o necessário e que se evite falar muito ao telefone”, acrescentou.

Segundo a servidora, foi feito um planejamento para reduzir o consumo em cerca de 30%, mas de modo a não prejudicar as atividades jurisdicionais, além de providenciar o envio do kit a todos os servidores envolvidos na campanha. O objetivo é buscar, além de apoio, uma reflexão sobre a atual realidade econômica do País e do Poder Judiciário em si.

O kit é um pacote composto do Decreto 246/2016; Portaria 07/2013; planejamento anual de 2016; planilha de controle de ligações telefônicas; e uma breve campanha pelo consumo consciente (contendo uma imagem com inspiração de humor, pesquisada em internet); e uma lista contendo sugestões para economizar papel telefone, energia e material de escritório.

Correspondência

Em Retirolândia, a 250 quilômetros de Salvador, a juíza Ana Paula Fernandes Teixeira, publicou uma



Retirolândia tomou atitude: sem blablablá em telefone e menos consumo de energia



Cotegipe: gerenciamento de rotina cumpriu determinação da presidência

portaria reforçando a necessidade de redução de despesas. Os servidores se empenham para controlar o uso do telefone, o consumo de energia elétrica, água e os gastos com papel e materiais de escritório.

“Adotamos a portaria de contenção de despesas inspirados na atuação do juiz Lucas de Andrade Monteiro, que aplicou esse procedimento nas comarcas de Serrinha e Valente”, disse a juíza, citando o colega que passou pelas comarcas da região.

A contenção de gastos já é uma prática antiga na comarca e a portaria tornou oficial a medida, com a obrigação da prestação de contas.

O fato é que a prática da economicidade tem se ampliado para todas as comarcas.

Ubatã, no sul do Estado, já conseguiu uma redução de custos de 35% em 2015, comparando com o ano anterior. Saiu de um total de gastos da ordem de R\$ 15,7 mil para R\$ 10,2 mil. A equipe se empenha para manter a meta de redução.

Entre as ações adotadas estão as campanhas ‘Ler antes de imprimir’ e ‘Respire melhor’. A primeira evita a impressão desnecessária e prioriza o uso do Malote Digital para envio de correspondência. A segunda sugere a ventilação natural das salas, com as janelas abertas em substituição ao ar condicionado.

“É valioso ver o engajamento dos servidores na política de contingenciamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia”

Juíza Mariana Spina

Substituição

Ibirataia, a mais de 330 quilômetros de Salvador, já colocava em prática ideias com base no conceito de sustentabilidade. Um exemplo, que pode ser seguido por outras comarcas, é a redução do uso de água mineral.

A unidade passou a fazer a manutenção, limpeza e troca da vela dos bebedouros que estavam em desuso, passando a usar apenas um filtro com água mineral, o que resultou na economia de 50%.

Outra ação foi a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED e a troca dos aparelhos de ar condicionado, para os classificados com selo de economia e com maior durabilidade.

Em 2015, a comarca gastou R\$ 4.369,72 com recursos básicos, como água, papel e material de expediente. Para 2016, a previsão é que os gastos não ultrapassem R\$ 3.495,77, como prevê os 20% de economia estabelecidos pelo decreto da Presidência do Tribunal de Justiça.

Valioso

Na comarca de Ibirapitanga, os servidores também estão se esforçando para aderir aos novos hábitos de contenção de gastos. Utilizam canecas para tomar café e água, reduzindo o custo com copos plásticos; verificam lâmpadas e torneiras; economizam fotocópias e impressões.

A juíza Mariana Spina tem a responsabilidade de três comarcas. Titular em Ibirataia e juíza substituta nas comarcas de Ibirapitanga e Ubatã, a magistrada comemora os resultados já obtidos. “É valioso ver o engajamento dos servidores na política de contingenciamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia”.

E acrescenta: “mais valioso ainda é perceber que as boas iniciativas visando à conscientização de gastos e a preservação do meio ambiente, também são levadas para casa”.

A contenção de gastos com custeio e investimento no Poder Judiciário da Bahia considera o quadro econômico do País, com os reflexos na economia do Estado.

QUEM É VOCÊ?

**O CRACHÁ É UMA
FORMA DE FÁCIL
IDENTIFICAÇÃO.**

**USE-O E COLABORE
COM A SEGURANÇA
DE TODOS.**





PROJETO PAI PRESENTE

Construindo laços, fortalecendo famílias

A presença de um pai
faz toda a diferença.

Por isso, participe do
Projeto Pai Presente.

É fácil, gratuito e você
contribui para um futuro
melhor para seu filho.

Para mais informações,
procure qualquer unidade
do CEJUSC ou cartório
de Registro Civil,
envie um e-mail para
paipresente@tjba.jus.br
ou ligue 0800 284 2252.

NUPEMEC
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

AEP II
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
- INSTITUCIONAL -



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

CORREGEDORIAS

MESA FORTE

Trabalho conjunto desenvolvido pela Presidência e corregedorias
trazem benefícios para juízes, servidores e a sociedade

Presidência em movimento e Ciclo de palestras, projetos desenvolvidos simultaneamente e em parceria, respectivamente, pela Presidência do Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça simbolizam a integração da Mesa Diretora para o período 2016-2018.

Ir ao encontro de juízes e servidores, integrando todo o tribunal, é o objetivo da Presidência em Movimento. Já o Ciclo de palestras promove o debate de temas atuais do Judiciário. É uma atividade da corregedoria que integra as visitas regimentais, nas quais são realizadas inspeções em cartórios judiciais e extrajudiciais.

Juntos, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago e o corregedor Osvaldo Bomfim visitaram Feira de Santana e Ilhéus. Uma nova visita está agendada para Vitória da Conquista.

“É preciso destacar a união dos órgãos que fazem a Justiça na Bahia, todos atentos a esse trabalho”, diz o corregedor Osvaldo Bomfim, se referindo

também à Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), o Sinpojud e o Sintaj.

A Corregedoria das Comarcas do Interior, sob a liderança da desembargadora Cynthia Resende, por sua vez, promove o Parceiros pela Justiça, projeto que busca apoio para atividades nas comarcas de entrância inicial e intermediária.

O saneamento avança. Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador, foi a primeira comarca a passar pelo processo de ajuda na organização das unidades, em ação conjunta com a Presidência. Apenas em três dias de trabalho, foram feitas análises em mais de dois mil processos.

Alinhadas com a atual gestão, a 1ª vice-presidente, desembargadora Maria da Purificação da Silva, e a 2ª vice-presidente, desembargadora Lícia Carvalho, estão sempre presentes. As magistradas participaram, junto com os demais integrantes da Mesa Diretora, da apresentação sobre a projeção de despesas para 2016.



**Corregedora Cynthia Resende
lidera o ‘Parceiros pela Justiça’**



**Visitas têm a presença do
corregedor Osvaldo Bomfim**

REFORÇOS DE SÉRIE A

Magistrados designados para apoiar atividades no interior agilizam trâmite de processos em dez comarcas com o objetivo de melhorar a prestação de serviço aos jurisdicionados



Juízes substitutos vão atuar para fortalecer atendimento nas diversas varas

Um time de juízes substitutos do 2º Grau está trazendo mais dinamismo e respostas rápidas no julgamento de processos, todos em trâmite no 1º Grau.

São 15 magistrados que se deslocam para a realização de audiências, ou atuam remotamente, de Salvador, onde promovem a tramitação virtual dos feitos.

O grupo foi instituído pelo Decreto Judiciário nº 231, de 28 de março de 2016, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 20 de março. Todo o acompanhamento é feito pela Assessoria Especial da Presidência para Magistrados.

Os magistrados foram designados para atuar, de 1º de abril a 30 de junho, nas comarcas de Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Jequié,

Lauro de Freitas, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

“O grupo de trabalho é uma boa iniciativa da presidente para promover o andamento de processos nessas comarcas”, disse o juiz Humberto Nogueira, designado para as varas do Júri e da Infância e Juventude de Itabuna, no Sul do Estado.

Na mesma linha, a juíza Eduarda de Lima Vidal, destacada para Barreiras, no oeste do estado, apoia a iniciativa. “A proposta da criação do grupo pela presidente é a de auxiliar no andamento de processos”.

Resultados

Os trabalhos dos juízes substitutos do 2º Grau não demoraram a trazer os primeiros (bons) resultados.

Em Itabuna, por exemplo, 215 processos das varas do Júri e da Infância e Juventude foram movimentados pelo juiz Humberto Nogueira, com despachos, decisões e sentenças, nas duas primeiras semanas. Houve também a realização de nove audiências e de uma sessão de julgamento do júri.

“Foi possível verificar a situação das unidades judiciais”, disse o magistrado, acrescentando que a tendência é haver um número crescente na movimentação desses processos e evitar o acúmulo.

Já a juíza Jacqueline Campos, em Feira de Santana, a 108 quilômetros de Salvador, proferiu 92 sentenças com resolução de mérito, 24 sentenças sem resolução do mérito, 129 sentenças de extinção de punibilidade e 37 decisões, totalizando 282 decisões e sentenças.

Em Barreiras, no Oeste, quase 400 processos foram movimentados em abril na 2ª Vara Criminal e na Vara da Infância e Juventude pela juíza Eduarda de Lima Vidal.

“O grupo de trabalho é uma boa iniciativa da presidente para promover o andamento de processos nessas comarcas”

Juiz Humberto Nogueira

Os primeiros números do trabalho desenvolvido na comarca do oeste registram 236 decisões, 152 despachos, sete audiências e 40 informações prestadas em habeas corpus à Câmara do Oeste, totalizando 395 processos movimentados no período.

“Vamos organizar um mutirão para análise de todos os processos de réus presos, em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública”, disse a juíza.

O objetivo, como é muito claro, na atual gestão, é promover ações que resultem em benefícios para o jurisdicionado, de forma célere, fazendo com que a justiça seja um valor compartilhado e valorizado por todos, fortalecendo a credibilidade da instituição.



Juiza Eduarda Vidal, designada para reforço, junto com o juiz Humberto Nogueira

MAIS QUE O REGISTRO, CONVÍVIO COM AMOR

Projeto Pai Presente avança com a promoção de audiências em diversas comarcas baianas. Meta é aproximar os filhos de seus genitores e viabilizar o convívio, mais que a certidão



Exame de DNA tira todas as dúvidas: Justiça age rápido para atender jurisdicionados

Um sucesso que se espalha. Depois de três anos com bons resultados na Comarca de Salvador, o Projeto Pai Presente chega com força ao interior do estado.

O convite aos juízes para a expansão do projeto partiu da Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais (AEP II), responsável pela coordenação das atividades no tribunal. Imediatamente, comarcas atenderam ao chamado e mutirões de reconhecimento de paternidade já são comuns em diversas comarcas.

São Francisco do Conde, Itagi, Baixa Grande, Nova Viçosa e Coaraci foram as primeiras a promover audiências específicas.

Os primeiros números são animadores: 33 exames de paternidade em São Francisco do Conde; 18 audiências de conciliação entre mães e supostos pais de crianças em Baixa Grande e 34 audiências de investigação de paternidade em Nova Viçosa.

Mais 50 processos estão programados em Coaraci para o mês de maio.

Ao longo desses três anos, o Pai Presente deferiu 1.148 reconhecimentos de paternidade. Desse, 791 aconteceram após resultados positivos de exames de DNA e 261 de forma espontânea. Este ano, só em Salvador, mais de 50 exames de verificação da paternidade foram realizados.

A juíza Marielza Brandão Franco, assessora da Presidência II para Assuntos Institucionais, destacou a importância da divulgação e lembrou que o Projeto Pai Presente promove a mediação de conflitos familiares com o suposto pai da criança e possibilita a realização de exame de DNA gratuito, caso seja necessário.

“Deste modo, resolve com maior rapidez questões de reconhecimento da paternidade”, disse a juíza, acrescentando que as audiências do projeto buscam acordos para pagamento da pensão alimentícia, guarda e visita, se necessário.

Criado pelo Provimento nº 12/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Projeto Pai Presente foi adotado pelo Tribunal de Justiça em 2013, com a Resolução nº 8 do Tribunal Pleno.

O projeto também atende ações passíveis de realização de exame de DNA no acervo processual das unidades judiciais. A mãe em busca de reconhecimento de paternidade para seu filho precisa também apresentar a certidão de nascimento da criança e o RG.

Para mais informações e registro do pedido de reconhecimento, é preciso enviar uma mensagem para o e-mail paipresente@tjba.jus.br ou ligar para um dos atendentes, no horário comercial, nos telefones **0800 284 2252** e **(71) 3372-5167**.



* **São Francisco do Conde** - Projeto conta com a participação do Centro de Justiça de Solução de Conflitos Balcão de Justiça e Cidadania (Cejusc-BJ).

* **Itagi** - Ofício foi enviado às diretorias das quatro escolas da rede municipal e uma da rede estadual para solicitar a identificação de crianças que estejam sem o nome do pai no registro.

* **Baixa Grande** - Promovidas 18 audiências de conciliação entre mães e supostos pais de crianças que estão com a certidão de nascimento incompleta.

* **Nova Viçosa** - Agendadas para junho um mutirão de conciliação do Pai Presente, com a realização de 34 audiências de investigação de paternidade.

* **Coaraci** – Pautados 50 processos de reconhecimento de paternidade para maio, durante Mutirão de Direitos Indisponíveis.



Buscar o consenso é fundamental para o sucesso do programa desenvolvido pelo TJBA

Final feliz para nova família

A 1ª Vara de Família, em Salvador, resolveu uma investigação de paternidade em tramitação há 13 anos. O resultado foi a felicidade de um adolescente, ao ter seu pai reconhecido, além de ganhar dois irmãos e uma família.

Conforme estabelecido na sentença judicial, o pai, Arlan Cabral dos Santos, já passou o primeiro final de semana com o filho, que conheceu seus irmãos, João e John.

A mãe, Estefania Matos de Oliveira, mora em São Paulo e trabalha como atendente em uma rede de lanchonetes. “Demorou, mas o importante é que todos estão felizes agora com o resultado da Justiça”, disse, por telefone.

Casada, Estefania vive em São Paulo com o marido, e receberá o filho para passar férias. O filho faz o quarto ano no colégio particular Recriar, no bairro

Barão de Macaúbas, em Salvador, onde reside com a vó Renilda.

Estefania lembrou que ela e o pai, Arlan, eram muito jovens quando ocorreu a gravidez. “Eu tinha 18 anos, ele 15, daí eu vim pra São Paulo, e ficou assim indefinido até que nos certificamos da paternidade e o pai aceitou”, disse.

O valor da pensão alimentícia, equivalente a 35% do salário mínimo, já vem sendo depositado mensalmente na conta aberta em nome de Estefania, que afirma repassar o dinheiro para a avó Renilda.

De acordo com a sentença judicial, o genitor contribuirá mensalmente com a pensão alimentícia, que deverá ser depositada até o dia 10 de cada mês, e poderá visitar livremente seu filho, mediante prévio ajuste com o adolescente.



Audiência na 1ª Vara de Família soluciona pendência de 13 anos e todos saem felizes

O PLANTÃO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU TEM NOVO ENDEREÇO A PARTIR DE 26 DE ABRIL

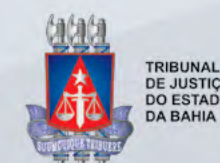


SALAS EXCLUSIVAS



EM FRENTE AO DETRAN,
NO PAVIMENTO SUPERIOR DA
CENTRAL DE FLAGRANTES DO IGUATEMI

Av. Tancredo Neves, nº 4197, Parque Bela Vista





TJ SOCIAL

Adriana Barreto

CINEMA E PIPOCA

Noite de cinema para magistrados e convidados rolou a todo vapor, dia 4 de maio, no UCI do Shopping Barra. Freddy Pitta Lima, presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, foi o anfitrião da primeira edição do Cine AMAB, que exibiu o filme “Em nome da Lei”. Baseado em fatos reais, o longa-metragem mostra a história de um jovem juiz, vivido pelo ator Mateus Solano, disposto a desmontar um esquema de contrabando e tráfico de drogas. Confira quem passou por lá!



Freddy Pitta Lima com Newcy Cunha, Adriana Helena Carvalho, Cristiane Veras e Rosa Castro



Des. Moacir Montenegro



Patricia Kertzman Szporer e Des. Lourdes Medauar



Desa. Joaice Guimarães e sua filha Érica



Des. Baltazar Saraiva e Cinena



Jaqueline Campos



Renata Mirtes e Angela Bacellar



Desa. Lisbete e Prof. César Santos



Desa. Rita Magalhães



Ana Maria de Jesus



Eduardo Carvalho e sua esposa Tereza



Foto: Nei Pinto

MOMENTO TERNURA

A professora primária Yeda Porto Ramos visita a ex-aluna Maria do Socorro Barreto Santiago, hoje desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. O encontro foi pura emoção, com muitas recordações do Grupo Escolar Carmen Del Rei, em Coaraci. “A Presidente mantém o mesmo olhar doce”, enfatizou a professora, super emocionada.

CHARME

Um grupo de magistradas encontrou-se num fim de tarde de abril para um bate-papo descontraído sobre a “arte de receber bem no outono”, onde trocaram ideias também sobre decoração. Vem ver os cliques!



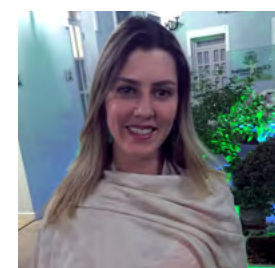
Verônica Ramiro, Martha Moraes e Socorro Habib



Marielza Brandão e Desa. Lisbete César Santos



Desa. Maria de Lourdes Medauar e Márcia Mascarenhas



Eduarda Vidal

INTERCÂMBIO

Eduarda Vidal já começou a pensar no que levar para a mala de viagem. A bela e loira magistrada participa, de 23 de maio a 2 de junho, do II Congresso Internacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, na Inglaterra e Escócia. O evento visa permitir a compreensão do funcionamento das instituições e o modo de enfrentamento das questões que mais impactam o Poder Judiciário de qualquer país, como o enfrentamento da corrupção, a independência dos juizes, o trâmite dos processos judiciais, o programa de justiça restaurativa e a conciliação.



CLICK!



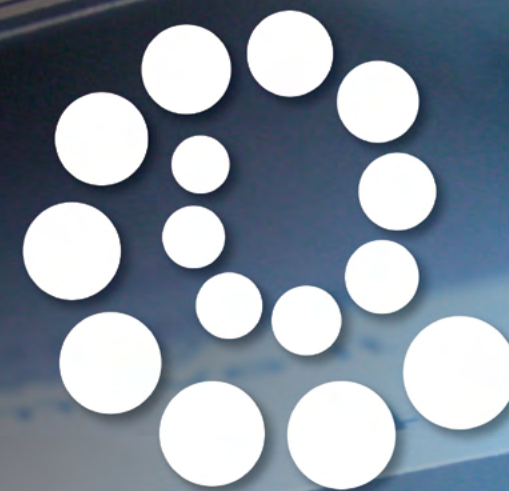
Mesa Diretora 2016-2018: Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, corregedora das comarcas do interior; Osvaldo Bomfim, corregedor geral de Justiça; 2ª. vice-presidente, Lícia Carvalho; 1ª. vice, Maria da Purificação da Silva, e Maria do Socorro Barreto Santiago, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Juíza Rosana Modesto Fragoso Chaves, é responsável pela Assessoria Especial da Presidência para Magistrados (AEP-I)



O trabalho desenvolvido pela Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais (AEP-II) tem a coordenação da juíza Marielza Brandão Franco.



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp

